



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0150027-8/01

EMBARGANTE: Município do Recife

EMBARGADO: Lafranco Marcelleti

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IPTU E TLP. REEXAME DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. **1.** As questões argüidas nestes embargos foram enfrentadas pelo acórdão recorrido, muito embora se tenha adotado entendimento contrário à pretensão do ora embargante. **2.** A via aclaratória não se presta ao reexame da lide. **4.** Embargos de declaração conhecidos para fins de prequestionamento, porém improvidos, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0150027-8/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 04 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Sec. gabinetes

15

105

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0150027-8/01

EMBARGANTE: Município do Recife

EMBARGADO: Lafranco Marcelleti

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** ajuizados pelo **Município do Recife** com o propósito de prequestionamento, em face de Acórdão emanado desta Oitava Câmara Cível, nos autos da Apelação Cível nº 0150027-8, que, em suma, declarou (i) a inexigibilidade dos débitos de IPTU lançados sob o regime de alíquotas progressivas até o exercício de 2003, bem como (ii) a constitucionalidade da cobrança em relação aos créditos fiscais concernentes à Taxa de Limpeza Pública.

Assevera-se que há contradição no acórdão embargado uma vez que *"a douta Câmara reconhece taxativamente não haver o Autor/Apelante comprovado a condição de credor decorrente do pagamento indevido"*.

É o que de relevante se tem a relatar.

Segue a ementa do acórdão ora embargado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COBRANÇA DE TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (TIP). INCONSTITUCIONALIDADE. COBRANÇA DE IPTU, PELO MUNICÍPIO DO RECIFE, MEDIANTE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS. INCONSTITUCIONALIDADE. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA (TLP). CONSTITUCIONALIDADE.

1. Reformada a sentença, extintiva do feito, por ausência de documentação essencial à propositura da lide, tendo em vista que consta nos autos Notificação de Débito expedida em face do ora apelante, na qualidade de contribuinte responsável pelo pagamento do IPTU, da TLP e da TIP referentes ao imóvel, sendo desnecessário cogitar de prova da propriedade para firmar o interesse e a legitimidade do mesmo para controverter sobre as espécies tributárias em questão.

2. É certo que o autor/apelante não fez prova do pagamento dos tributos que pretende repetir. No entanto, essa prova, conquanto devesse ser feita ao longo da instrução processual, também é possível de ser feita em sede de liquidação.

3. Possibilidade de se fixar o *an debeatur*, visto que as respectivas causas de pedir dizem respeito a questões exclusivamente de direito (a constitucionalidade das exigências tributárias em foco).

4. Afastado o decreto de extinção do feito, sem resolução de mérito, exarado em primeiro grau, exame de fundo, com base no art. 515, § 3º, do CPC, no tocante às questões que se revelam unicamente de direito.

5. Taxa de Iluminação Pública: O Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 670 (*"o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa"*), por se tratar de atividade não específica nem divisível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

106

6. IPTU: É indiscutível a inconstitucionalidade do regime de alíquotas progressivas estatuído pela Lei Municipal nº 15.563/91.
7. Porém, do enunciado da Súmula nº 668 do STF, também se depreende a constitucionalidade da cobrança por alíquotas progressivas a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 29/2000.
8. Todavia, sendo certo que o sistema jurídico brasileiro não contempla a "constitucionalização superveniente" (STF, RE 346084/PR), o regime de alíquotas progressivas só é passível de ser legitimamente implementado, em Recife, a partir da Lei Municipal nº 16.933, de 29 de dezembro de 2003, esta editada já sob o pálio da EC nº 29/2000.
9. Mantida a sentença no ponto que declara a inexigibilidade dos débitos lançados sob o regime de alíquotas progressivas, até o exercício de 2003, bem como no tocante à determinação de restituição dos valores pagos sob o regime em tela, no que excedente à alíquota de 1%, respeitada a prescrição das parcelas pagas antes do quinquênio imediatamente anterior à propositura da ação.
10. Taxa de Limpeza Pública: na análise concreta dos dispositivos que compõem a moldura da taxa no Município do Recife, não se visualiza qualquer elemento que a associe a prestações de caráter universal (*uti universi*), que pudessem infirmar os atributos de especificidade e divisibilidade indispensáveis a essa espécie tributária.
11. Por outro lado, o fato de a cobrança da TLP levar em conta a área construída ou a testada fictícia do imóvel não implica em que esta tenha base de cálculo idêntica à do IPTU, porquanto aqueles elementos visam, na TLP, estimar não o valor venal do imóvel, mas sim o seu tamanho, em si mesmo considerado, como ordem de grandeza indicativa do volume de lixo a ser produzido.
12. Verba honorária, a ser paga pelo Município apelado, fixada em 10% do valor a ser apurado em liquidação.
13. Apelação cível **parcialmente provida** para o fim de: (i) afastar o decreto de extinção do processo sem resolução de mérito; e, (ii) em apreciação das questões exclusivamente de direito, julgar parcialmente procedente a ação, com o (iii) o reconhecimento da ilegitimidade da cobrança da Taxa de Iluminação Pública, com o (iv) reconhecimento da ilegitimidade da cobrança de IPTU pelo regime de alíquotas progressivas até o exercício de 2003 (inclusive), e bem assim (v) o direito à respectiva repetição de indébito, respeitada a prescrição quinquenal e de acordo com o *quantum* a ser apurado em liquidação de sentença, rejeitados, de outra parte, os pedidos atinentes à TLP.

No voto condutor, lê-se (no que pertine a estes aclaratórios):

"É certo que o autor/apelante não fez prova do pagamento dos tributos que pretende repetir.

No entanto, essa prova, conquanto devesse ser feita ao longo da instrução processual, também é possível de ser feita em sede de liquidação.

Em outras palavras: na perspectiva de atribuir a maior efetividade possível ao exercício da jurisdição, impende aproveitar, dos atos processuais, o que possível for de ser utilmente extraído para fins de pronunciamento de mérito"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

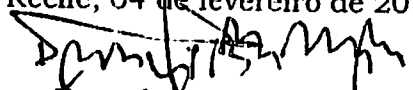
17
1
107
Ou, seja, as questões argüidas nestes embargos já foram enfrentadas, muito embora se tenha adotado entendimento contrário à pretensão do ora embargante.

E a via aclaratória não se presta ao reexame da lide.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes provimento**.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator